

FSP  
9/2/97  
06  
5-4

HISTÓRIA

# Sem maniqueísmo na manhã tropical

## O colonizador do Brasil não foi um estuprador branco, nem o índio, um "eco-feliz"

ANTONIO RISÉRIO  
especial para a Folha

Permanece —ou melhor: estaciona— na adolescência intelectual quem se contenta com fantasiar a história nos termos de uma ação protagonizada por bandidos e mocinhos, ou carrascos e vítimas. A observação, banal, ocorre-me por conta de certas conversas que venho ouvindo (e textos que venho lendo), à medida que principia a surgir, em nosso horizonte mental, a figura dos 500 anos do Brasil, meio milênio do primeiro encontro de portugueses e índios nos arredores de Porto Seguro, na Bahia.

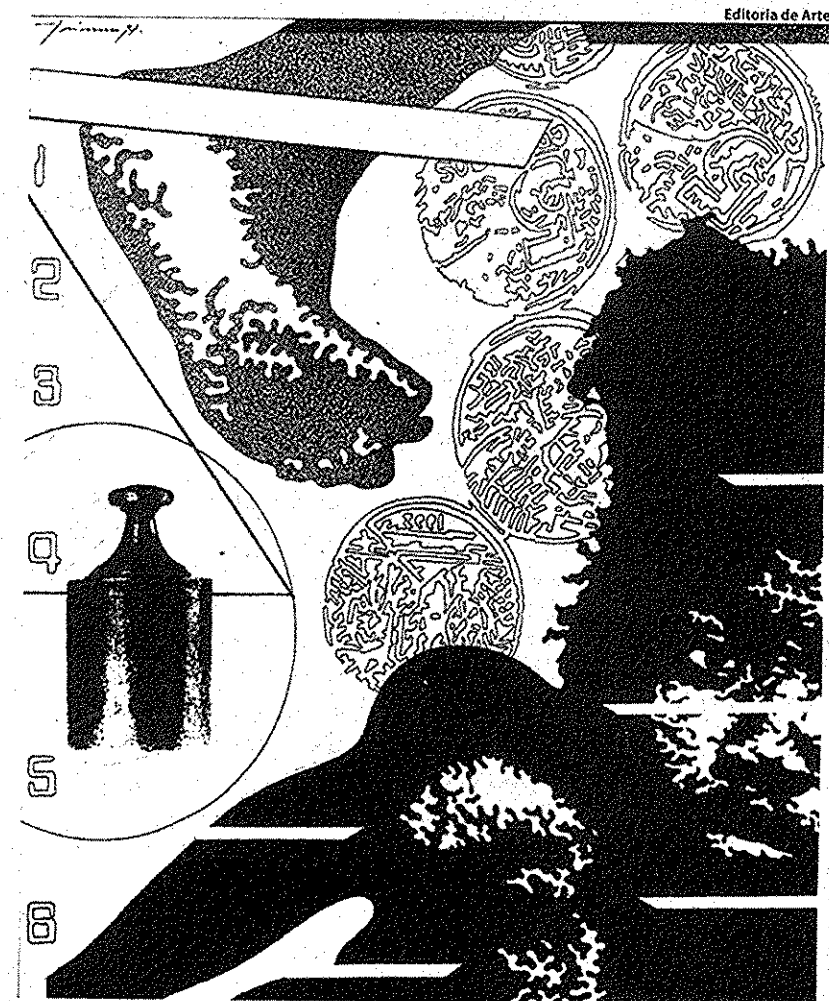
Mas é que há mesmo uma espécie de "neo-rousseauismo" entranhado e generalizado em meio as nossas minorias "progressistas" ou "radicais" —isto é, em meio àqueles que, até há bem pouco tempo, se instalariam confortavelmente sob o guarda-chuva da palavra "esquerda". No quadro esquemático que muitas dessas pessoas nos oferecem, o "birth trauma" brasileiro aparece como um filme nítida e rigorosamente bicolor. De um lado, o estuprador branco, o conquistador português, estruturalmente assassino. De outro lado, o índio eco-feliz, o "bon sauvage", essencialmente angelical.

Nesse filme, de personagens planas e enredo linear, os portugueses desceram de suas caravelas, instauraram a violência nos trópicos e tomaram a terra dos índios. Resta, agora, reparar o crime. E para isso estão aí os justiceiros de plantão, os nobres defensores dos fracos e dos oprimidos, que de uns tempos para cá trocaram o "proletariado" por negros, índios, mulheres,

bichas etc. E assim temos mais um capítulo da eterna luta do Bem contra o Mal.

Ora, ninguém será suficientemente tolo, a essa altura, para pretender negar a violência da conquista —ou o genocídio de populações ameríndias. Não é esta a questão. O que quero sublinhar, aqui, é a simplificação caricatural da história. Se quisermos nos pensar para valer, em toda a nossa funda e profunda complexidade, não poderemos simplesmente adotar um ponto de vista hollywoodiano sobre a nossa configuração como povo e país. A aproximação dos 500 anos, incitando ao repensamento crítico da aventura brasileira, deve ir ao menos além da mentalidade novelesca, "neo-rousseauista", que ganha em clareza na proporção mesma em que descarta as complexidades da história.

O problema é que, em matéria de história, o buraco é sempre mais embaixo. Para começo de conversa, os índios que habitavam a orla tropical brasileira, na passagem do século 15 para o 16, não eram nenhuns santinhos. Podem ter sido belos e bravos, mas nunca foram, exatamente, bonzinhos. Pelo contrário. É com eles que tem início a história da violência nos trópicos atualmente brasileiros. A conquista tupinambá da Bahia (Kirimurê) é um exemplo disso. Sim: conquista. Quem conhece o assunto, ainda que superficialmente, sabe que os "tapuias" (uma denominação geral para índios não-tupis) eram senhores daquela região, até que dali foram violentamente expulsos pelos tupinaés. Em seguida, os tupinaés foram esmagados pela implacável máquina de guerra dos tupinambás. Nesta sequência, a inva-



são portuguesa foi, no mínimo, a terceira onda invasora que varreu as terras hoje baianas.

Do mesmo modo, Portugal não é responsável pela introdução do escravismo nos trópicos. Existia escravidão —e desde tempos remotos— tanto na margem ocidental quanto na margem oriental do Atlântico Sul. Em toda a África, como é notório. E entre os ameríndios. É verdade que há quem diga que inexistia um escravismo tupinambá porque, naquela sociedade indígena, o escravo não constituía uma categoria econômica. Mas quem disse que a instância econômica define todas as formas escravistas? Fico, neste caso, com o velho Montesquieu: "A escravidão propriamente dita é o estabelecimento de um direito que torna um

homem completamente dependente de outro, que é o senhor absoluto de sua vida e de seus bens". E esta realidade não era apenas encontrável na formação sociocultural tupinambá. Mais que isso, tratava-se de uma relação de domínio devidamente sacramentada e regulamentada pelos códigos da existência tribal.

A escravidão não é um "karma" de Portugal, mas da espécie humana. Não existem povos-anjos e povos-demônios, como parece crer (ou finge acreditar) o maniqueísmo ou esse neo-romantismo para debutantes mentais que quer nos passar uma imagem tão singela quanto falsa dos primeiros momentos de nossa formação. Acho que a bandeira do contraste agudo e radical entre o Senhor Branco e o

Índio dos Trópicos foi política e culturalmente importante, na década de 70 —momento especial de demarcação de diferenças, em função da explicitação da pluralidade brasileira. Mas não será com bandeiras táticas, conjunturais, que melhor nos entenderemos a nós mesmos.

Houve portugueses e portugueses, índios e índios. A figura do europeu-criminoso simplesmente se estilhaça se nela tentamos enfiar, por exemplo, a personalidade de Diogo Álvares Caramuru, o jovem da vila de Viana que aqui naufragou em inícios do século 16. E, quando dizemos que os portugueses tomaram a terra dos índios, temos que perguntar: de que índios? Dos tupinambás... que tinham tomado a terra dos tupinaés, que tinham tomado a terra dos "tapuias" etc. Aliás, também em Portugal, em toda a Península Ibérica, havia os marginais, os excluídos —e foram estes os primeiros a desembarcar por aqui. Ou seja: não podemos tratar um povo como uma entidade coesa e homogênea (e muito menos com uma disposição inata para a exploração e o sadismo) —como se um povo pudesse ser algo assim como aquele monólito do "2001" de Stanley Kubrick.

Não se trata, repito, de negar a violência da conquista lusitana dos trópicos. Longe disso. O genocídio dos índios, com o avanço da colonização estatal, é um fato. O Estado avançou, desestruturando as sociedades indígenas e suprimindo (ou tentando suprimir) suas dimensões simbólicas. Investiu contra o que viu pela frente, a fim de concretizar, a qualquer preço, um projeto de transplantação cultural, de reprodução de Portugal nos trópicos. Não é isto o que estou discutindo. O que quero enfatizar, no momento, é uma outra coisa. E aqui chegamos ao ponto central dessa conversa.

Ao hollywoodianizar a história em termos de bandido e mocinho, fazendo de Portugal a encarnação suprema da vilania e do vício, aca-

bamos por fechar os olhos a tudo que venha do conquistador, do estripador europeu —e assim levantamos automaticamente a guarda diante de tudo o que diga respeito à cultura do colonizador. Dito de outro modo, nossa visão do mundo português e da cultura portuguesa se tornam ideológica e psicologicamente carregadas, quase ao ponto da cegueira. Porque a cultura portuguesa é o Mal, a agressão ao "bon sauvage", a gangrena ou o câncer no azul ameríndio dos trópicos. Por essa via, mutilamos a compreensão de nós mesmos, como produtos e herdeiros de um encontro intercultural. A desgraça da conquista e a desgraça da cultura do conquistador se convertem em mitos a-históricos. São entidades perversas, demoniacas. Ponto final.

E aqui me lembro de Octavio Paz falando de Hernan Cortés: "Apenas Cortés deje de ser un mito ahistórico y se convierta en lo que es realmente —un personaje histórico—, los mexicanos podrán verse a sí mismos con una mirada más clara, generosa y serena". É claro que não tivemos nenhum Cortés por essas bandas tropicais. Mas é preciso que ultrapassemos a fantasia estática bandido/mocinho para que também possamos nos ver com um olhar mais claro. Como diria Barthes (se não me falha a memória), deixemos o maniqueísmo hollywoodiano para aqueles que, em vez de escolher a análise difícil, se comprazem com a indignação fácil.

Em suma: já está mais do que na hora de superar o edipianismo em nossa relação com Portugal. Para que possamos nos aproximar melhor —com rigor crítico, sim, mas também com "intelletto d'amore"— dessa cultura sincrética que ainda agora vamos tecendo, ao abrigo e à luz da língua portuguesa, ou desse neolatim afro-ameríndio e etc. que falamos nesta parte do mundo.

Antonio Risério é escritor e ensaísta, autor de, entre outros, "Textos e Tribos", "Fetichismo" e "Oriki Orixá".